



DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM (DA) NA ESCOLA: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A AFIRMAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LUIZ RICARDO ALVES PESSOA ROZA¹

(Instituto de Educação UFRRJ)

ALLAN ROCHA DAMASCENO²

(Instituto de Educação UFRRJ)

INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa problematizamos a temática Dificuldades de Aprendizagem (DA), suas concepções e as práticas pedagógicas frente aos desafios postos pela sua materialidade na escola contemporânea. Nesse sentido, refletimos sobre as definições presentes na literatura, aportando-se teoricamente, sobretudo, em Fonseca (1995) e Carvalho (2003), realizamos questionamentos em relação à imprecisão conceitual e analisamos as práticas docentes frente aos desafios na escolarização dos estudantes que apresentam tais dificuldades. Em relação a este último aspecto, problematizamos a formação do professor, considerando as experiências dos que estejam em serviço, no que se refere ao atendimento das necessidades especiais dos estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA). Ao refletir com maior proximidade sobre a problemática, constituímos a questão do estudo: a formação dos professores contempla a(s) discussão(ões)/debate(s) sobre as dificuldades de aprendizagem? Os professores que estão atuando nas escolas compreendem o que são as Dificuldades de Aprendizagem (DA)? Conseguem identificá-las? Desenvolvem estratégias/metodologias de ensino considerando as demandas pedagógicas destes estudantes? As questões presentes neste cenário podem ser reveladoras sobre a formação possível dos professores, cuja centralidade pode estar deslocada da compreensão de que as diferenças estão presentes na sala de aula, independente da existência de estudantes diagnosticados com deficiências, transtornos e/ou distúrbios e/ou dificuldades na aprendizagem, pois como condição humana, significa que todos possuem ritmos próprios e diferenciados de apreensão/apropriação do conhecimento.

O cenário contemporâneo da formação de professores e os problemas³ de/na aprendizagem dos estudantes.

¹ Pedagogo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ.

² Professor Adjunto do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ e Professor Convidado do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola/UFRRJ.

³ Entendemos que problemas de aprendizagem, como afirmado por Pain (2008), configura um cenário de sintomas no sentido de que a aprendizagem ingressa numa constelação peculiar de comportamentos que sinalizam a existência de uma descompensação.

A sala de aula é um espaço plural onde se encontram os mais diferentes sujeitos, de várias classes sociais, culturas diversificadas e com as mais diferentes histórias. Acrescente a esta pluralidade a possibilidade de se encontrar pessoa(s) com alguma deficiência orgânica ou física, ou talvez algum transtorno⁴, dificuldades de aprendizagem e o professor terá a difícil tarefa de trabalhar com a diversidade humana que encontra na escola e na sala de aula. É nesse momento que se materializa o desafio: como esse profissional irá trabalhar de forma inclusiva na sala de aula se não viveu experiências formativas para atuar com esses estudantes? O que fazer nesse momento?

Muitos desses estudantes apresentam dificuldades no seu processo de ensino e aprendizagem. Conflitos, no que se refere às práticas docentes diante do cenário de educar na diversidade, acontecem com recorrência na escola contemporânea. Quando o professor é indagado sobre as dificuldades de aprendizagem dos estudantes que acompanha em suas turmas, em geral, afirma que não foi/se sente preparado para atuar com os indivíduos considerados “diferentes”.

Carvalho (2003, p.73) afirma:

Mesmo compreendendo que os alunos não são os autores de seus problemas, alguns professores do ensino regular costumam afirmar que pouco ou nada podem fazer para a superação das dificuldades desses aprendizes. Consideram-se despreparados e desmotivados para enfrentar o desafio [...].

A falta de formação do professor o desanima no enfrentamento desse desafio. Para aqueles que procuram compreender melhor os problemas de aprendizagem dos seus estudantes, quase sempre enfrentaram outro impasse: a falta de uma definição clara do que signifique as *Dificuldades de Aprendizagem (DA)*.

Sabemos que o professor enfrenta, com estranhamento e desconforto, o desafio de atuar em classes heterogêneas, como se suas turmas fossem por natureza/gênese homogêneas, uma vez que os estudantes com dificuldades de aprendizagem sempre estiveram nas salas de aula das escolas chamadas regulares, diferentemente dos estudantes público-alvo da Educação Especial, que se escolarizavam em escolas especializadas.

Os estudantes com dificuldades de aprendizagem, em sua maioria, são invisibilizados. Aparentemente não apresentam nenhuma “deficiência” visível, e quando o professor percebe que algo acontece de “errado” com esse estudante, costuma deixá-lo de lado com o seu problema, afinal o professor tem toda uma classe para se preocupar.

O público-alvo da Educação Especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) são os estudantes com deficiência,

⁴ O transtorno é caracterizado por inabilidades específicas em determinada área do desenvolvimento, fala, escrita, leitura e na esfera da matemática que está associado a uma causa orgânica, clinicamente comprovada.

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 9394/96, não faz referências as demandas pedagógicas e educacionais dos estudantes com Dificuldades de Aprendizagem.

Em relação, ainda, com o público-alvo da Educação Especial vale destacar que são identificados de diversas maneiras, uma delas é o laudo médico, que inclusive é condição para que recebam o apoio pedagógico nas salas de recursos multifuncionais via Atendimento Educacional Especializado. Contudo, também é relevante que se destaque que o laudo é muitas vezes utilizado para rotular estudantes em sala de aula e para legitimar o fracasso escolar. De qualquer forma, as necessidades especiais destes estudantes possui vasta literatura sobre suas demandas pedagógicas e educacionais.

Diferente dos estudantes considerados como pertencentes ao grupo da Educação Especial, os estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA), em sua maioria, são marginalizados em sala de aula. As suas especificidades, em geral, não são reconhecidas. Por ser um grupo silencioso e deixado de lado com suas necessidades. Esses indivíduos apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem, que podem ser de natureza mesológica, ligados a fatores externos ao sujeito, como o ambiente escolar, ou como consequência da existência de distúrbios, de causa orgânica, intrínseca ao indivíduo.

Os estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA), diferentemente dos considerados como pertencentes ao público-alvo da Educação Especial, não possuem dispositivos legais que assegurem/garantam o atendimento pedagógico e educacional de suas demandas. Além disso, também observamos um escasseamento na literatura, se comparada à ampla produção acadêmico-científica da educação especial, sobre a dimensão didático-pedagógica do seu processo de escolarização.

Atualmente existe um projeto de lei tramitando no Senado Federal que objetiva ampliar o público-alvo da Educação Especial. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata tem como objetivo incluir o estudante com dislexia (uma disfunção neurológica que prejudica, em maior ou menor grau, a aprendizagem da leitura e da escrita). O projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na Comissão de Educação Cultura e Esportes a relatora, senadora Marisa Serrano, incluiu o transtorno do déficit de atenção no projeto, ao justificar que, assim como a dislexia, o TDAH (transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade) também provoca dificuldades no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

O projeto prevê que o poder público deve manter programas de diagnóstico e tratamento dos estudantes da Educação Básica com dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Determina que o diagnóstico e o tratamento devam ocorrer por meio de equipe multidisciplinar, da qual participarão educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos, entre outros profissionais. Prevê que as escolas devem assegurar aos estudantes recursos didáticos adequados a seu aprendizado e, por sua vez, estipula que o sistema de ensino deve garantir aos professores da Educação Básica cursos sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do TDAH, afim de facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar. Ora, como disposto no referido projeto de lei, entendemos que não há clareza sobre a dimensão pedagógica e clínica da dislexia e do TDAH, pois só há sentido em falar em tratamento destes transtornos numa dimensão médica e não pedagógica.

Com o avanço das discussões sobre o tema, observamos que esses estudantes não podem ficar na sala de aula sem que seja dada a devida atenção as suas demandas pedagógicas e educacionais.

Em relação ao grupo de estudantes com necessidades especiais, as pesquisas constataram que o ambiente mais propício a sua aprendizagem, e dos demais sem necessidades beneficiados pela pluralidade constituída em ambientes inclusivos, seriam as salas de aulas das escolas chamadas regulares⁵.

Refletindo sobre essa situação, Glat (2007, p.15) em sua obra “Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar” estabeleceu a seguinte crítica:

[...] a Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e /ou de comportamento, altas habilidades ou superdotação [...].

Como podemos observar no pensamento de Glat, o público-alvo da Educação Especial, historicamente, não inclui os estudantes com dificuldades na aprendizagem, a menos que ele apresente outra deficiência/transtorno, o que chamamos de comorbidade. Essa constatação reitera a pertinência deste estudo frente ao desafio de educar na/para a heterogeneidade, onde as dificuldades de aprendizagem dos estudantes não sejam impedimentos a sua escolarização.

METODOLOGIA

Aportando-se metodologicamente em Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999) este estudo constitui uma pesquisa qualitativa exploratória, caracterizando que o problema de pesquisa se torne mais amplo, podendo ser definido como uma questão relevante na qual as informações disponíveis não são suficientes.

Para realização desta pesquisa, considerando seus objetivos e questões de estudo, foram utilizados como instrumentos de coletas de dados as observações *in loco* e a aplicação de um

⁵ A sala/escola regular é a expressão utilizada em vários dispositivos legais em vigência, incluindo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para se referir às salas e escolas onde estão incluídos os estudantes com necessidades especiais. Entendemos e defendemos neste estudo que a expressão “regular” pode ser entendida como oposição a expressão “especial”, o que caracterizaria a inclusão não com um movimento de democratização da escola, mas sim como um novo “modelo” de educação. Nesse sentido, utilizaremos a expressão “regular” devido ao seu uso recorrente nos dispositivos legais, mas não poderíamos deixar de estabelecer a crítica ao seu uso.

questionário com professores da rede pública, lotados no Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente Paulo Dacorso Filho (CAIC), dentro do campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro situado no município de Seropédica, que serviu como lócus da pesquisa.

Um grupo de cinco (5) professores que atuam, respectivamente, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, foram eleitos nossos interlocutores, escolhidos por sorteio, e estavam livres para responder as questões propostas.

De acordo com Gil (2002, p.115) o questionário é “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” e por isso “[...] apresentará sempre algumas limitações”. Por isso era relevante ter outro instrumento de coleta de dados, o que permitiria estabelecer relação com as experiências vividas *in loco*.

O questionário só foi aplicado após a autorização da direção da escola, que solicitou o projeto desta pesquisa para que pudesse analisar a natureza da mesma.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dialogo com o conceito de Dificuldade de Aprendizagem (DA).

Vários autores procuram uma definição clara, ou pelo menos coerente/fidedigna, que considere a complexidade do tema. Nos próximos parágrafos estaremos apresentando algumas definições sobre o tema, dialogando com tais compreensões a fim de revelar como a indefinição conceitual é mais um obstáculo para o professor na superação do desafio de educar na/para a diversidade humana.

Fonseca (1995, p.76-77) afirma que:

A definição de DA tem de adotar um constructo, histórico e profissionalmente coerente. De fato, há necessidade de uma taxonomia que seja conceitualmente e teoricamente testável e pedagogicamente útil. [...] Precisamos realmente determinar, pelo menos, o que não é uma criança ou jovem com DA, utilizando assim, um diagnóstico por exclusão.

Fonseca nos alerta sobre a necessidade de uma definição para o tema, levando em consideração a sua construção histórica, mas para além de se ter uma definição é necessário ter um conceito coerente e testável pedagogicamente. Enquanto todos nós procuramos entender o que é uma criança com Dificuldades de Aprendizagem (DA), o autor nos surpreende afirmando que primeiro devemos compreender o desenvolvimento de uma criança sem Dificuldades de Aprendizagem (DA), pois aí teremos parâmetro para compreender as demais.

Encontramos em Fonseca (1995, p.71), a definição segundo a *National Joint Committee of Learning Disabilities* - NJCLD (1988), que segundo o autor é a que presentemente reúne internacionalmente maior consenso sobre o assunto:

Dificuldade de aprendizagem (DA) é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordem, manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. Tais desordens, consideradas intrínsecas ao indivíduo, presumindo-se que sejam devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, podem ocorrer durante toda a vida. Problemas na auto-regulação do comportamento, na percepção social e na interação social podem existir com as DA. Apesar das DA ocorrerem com outras deficiências (por exemplo, deficiência sensorial, deficiência mental, distúrbios sócio-emocionais) ou com influências extrínsecas (por exemplo, diferenças culturais, insuficiente ou inapropriada instrução, etc.) elas não são resultados dessas condições.

O autor complementa afirmando que:

[...] o enfoque das DA está no indivíduo que não rende ao nível do que se poderia supor e esperar a partir do seu potencial intelectual, e por motivo dessa especificidade cognitiva na aprendizagem, ele tende a revelar fracassos inesperados. (FONSECA, 1995, p.72).

Nessa afirmativa nota-se que a DA é entendida como uma especificidade cognitiva, ou seja, cada indivíduo pode apresentá-la, em comorbidade ou não com alguma deficiência, em qualquer etapa de sua vida. Para Fonseca, as Dificuldades de Aprendizagem (DA) estão atreladas exclusivamente a fatores intrínsecos ao indivíduo.

Nessa perspectiva, é necessário problematizar que o professor deve/necessita buscar auxílio didático-pedagógico para o estudante que seja caracterizado como um indivíduo com DA. Dessa forma, o estudante poderá superar essa(s) dificuldade(s), e não ficará abandonado em um canto da sala de aula tentando resolver o seu problema “sozinho”.

O professor não é médico para diagnosticar o(s) estudante(s), mas pode levantar hipóteses sobre o(s) motivo(s) que o(s) impede(m) ter o rendimento escolar esperado, dando origem a uma queixa escolar, que é comunicada aos responsáveis e equipe pedagógica, criando todo um trabalho para ajudá-lo(s) a superar(em) suas limitações.

O fato é que existe certa imprecisão conceitual/terminológica sobre o que significaria de fato as Dificuldades de Aprendizagem (DA). Algumas expressões são utilizadas como se fossem

sinônimos a expressão citada, o que causa grande confusão na compreensão do seu significado.

Em Carvalho (2003, p. 69-70) encontramos a seguinte concepção:

A controversa expressão distúrbio de aprendizagem (COLL et all, 1995; JOHNSON & MYLEBUST,1991; ROSS, 1979) é utilizada por esses e por outros autores para designar a problemática de alunos que, mesmo não sendo portadores de deficiências (mental, auditiva, visual, física, múltipla) ou de condutas típicas, de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou de quadros psicológicos graves, apresentam problemas em aprender e contribuem para aumentar o fracasso escolar [...].

O uso da terminologia “distúrbio” está atrelado a fatores orgânicos e fatores psicológicos, o termo não é um sinônimo de Dificuldades de Aprendizagem. As DA podem ocorrer mesmo quando um sujeito não apresente nenhum fator orgânico e/ou psicológico, mas cuja gênese da questão esteja nos fatores ambientais⁶.

Segundo Pain (2008, p.33) embora os fatores ambientais se relacionem mais incisivamente com os problemas escolares do que com os da aprendizagem propriamente ditos, esta variável é especialmente determinante no diagnóstico do problema de aprendizagem, além de poder se constituir como causa/origem.

Explorando ainda mais este debate, trazemos novamente o pensamento de Fonseca (1995, p.74) que explora a seguinte ideia:

As DA não são uma condição ou uma síndrome simples, nem decorrem apenas de uma única etiologia, trata-se de um conjunto de condições e problemas heterogêneos e de uma diversidade de sintomas e de tributos que obviamente subentendem diversificadas e diferenciadas respostas clínico-educacionais.

⁶ Fatores orgânicos: saúde física deficiente, falta de integridade neurológica (sistema nervoso doentio), alimentação inadequada, entre outros. Fatores psicológicos: inibição, fantasia, ansiedade, angústia, inadequação à realidade, sistema generalizado de rejeição, entre outros. Fatores ambientais: o tipo de educação familiar, o grau de estimulação que a criança recebeu desde os primeiros dias de vida, a influência dos meios de comunicação, os recursos/estratégias didático-pedagógicos utilizados em seu processo de aprendizagem, entre outros.

Ante o exposto, percebemos as causas das DA possuem uma complexa rede de fatores, o que contribui, de sobremaneira, como obstáculo para a caracterização conceitual da mesma. Vale o destaque que não cabe ao professor realizar diagnósticos, como afirmado anteriormente, devendo encaminhar o estudante para os profissionais especializados e habilitados da área de saúde.

As DA são heterogêneas, ou seja, não é porque um estudante tem dificuldade em português ou matemática que podemos afirmar que ele possui disgrafia ou discalculia. Isto significa que nem toda consequência, no caso comportamentos observados nos estudantes, possui as mesmas causas.

As DA “não escolhem” os sujeitos que irão acometer! Geralmente são mais difíceis de serem identificadas por serem “silenciosas”, em alguns momentos, e em outros por se “travestirem” com outras características como a indisciplina, o desinteresse escolar e os problemas sociais, emocionais e psicológicos.

Como a identificação objetiva das DA não é simples, geralmente são negligenciadas. Cabe não só ao professor se preparar para o enfrentamento do desafio de atender as necessidades pedagógicas e educacionais destes estudantes, como a escola de oportunizar aos seus professores os recursos/meios/veículos necessários para a potencialização dos saberes/fazeres docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Dificuldades de Aprendizagem (DA) e sua compreensão pelos professores.

A coleta de dados foi realizada com a participação de cinco (5) professores escolhidos por sorteio, considerando o conjunto de docentes que atuam no primeiro segmento do Ensino Fundamental, seja de forma direta (ministrando aulas) ou indiretamente (nas aulas de reforço). A instituição escolhida foi o Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente Paulo Dacorso Filho (CAIC) como dito anteriormente.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados, um questionário que possuía quinze (15) questões, abertas e fechadas, que podem ser agrupadas em duas categorias: formação profissional e formação pedagógica para o atendimento das DA dos estudantes. A pesquisa foi de caráter qualitativo, por isto a escolha de uma amostra tão pequena no universo de professores da escola.

As perguntas objetivavam investigar junto aos professores seus saberes sobre a temática e seus fazeres no enfrentamento dos múltiplos desafios que as Dificuldades de Aprendizagem (DA) trazem para a prática cotidiana escolar. Além disso, investigamos de forma secundária as redes de apoio institucional estabelecidas pela/na escola em relação ao apoio pedagógico e educacional aos estudantes que apresentam DA.

Todas as professoras participantes deste estudo eram mulheres, com idade compreendida entre 28 e 62 anos. O tempo de magistério variou entre 8 e 21 anos. Quanto a sua formação acadêmica todas realizaram o curso de Formação de Professores em Nível Médio (curso Normal). Apenas duas (2) se graduaram, uma em Pedagogia e a outra em Ciências Físicas e Biológicas, e as demais declararam não terem concluído o Ensino Superior.

Três (3) professoras responderam que já realizaram cursos de aperfeiçoamento, que a própria escola oferece e uma acrescentou que realizou o curso “A Casinha Feliz”, relacionado aos processos/métodos de alfabetização. Uma das professoras respondeu que não realizou nenhum curso de aperfeiçoamento e a outra não respondeu a questão. Apenas uma realizou curso de pós-graduação em Psicologia Educacional e AEE, Atendimento Educacional Especializado, voltado especificamente para estudantes público-alvo da educação especial.

Ao serem perguntadas se já realizaram cursos relacionados às Dificuldades de Aprendizagem (DA), todas responderam que sim e em seguida complementaram:

“O curso de AEE está também ligado a dificuldades de aprendizagem, mas com crianças com necessidades especiais”; “Distúrbios de aprendizagem”; “Fiz, mas não lembro o nome no momento, mas sei que abordaram essa temática”; “Vários cursos oferecidos pela escola”; “Aceleração da aprendizagem, Pró-letramento, Língua Portuguesa, Pró-letramento de Matemática”.

Observamos nessas respostas que uma das professoras tem formação mais específica na área da educação especial, pois como argumentado anteriormente às necessidades específicas de um estudante com uma deficiência diferem das outras crianças sem deficiência. Não podemos precisar se as demais, considerando as respostas dadas, possuem também formação específica com relação as DA. Outro ponto digno de nota diz respeito à confusão estabelecida entre participação em palestras/eventos com cursos, pois desconhecemos a realização de um curso específico na área de DA para os professores do CAIC Paulo Dacorso Filho.

Uma observação importante diz respeito à imprecisão que observamos em algumas respostas que não foram objetivas e claras ao afirmarem que não haviam realizado nenhum curso na área, mas apontaram outros que podem se relacionar com o campo epistêmico das DA ou não.

Ou seja, o cenário que encontramos de formação dos professores para atuar com estudantes com DA é impreciso, pois precisaríamos complementar tais informações com outros instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, para de fato afirmarmos que estes docentes possuíam uma formação específica para o enfrentamento dos desafios presentes no cenário das DA.

Em seguida, foi perguntado se elas estudaram disciplinas (no Ensino Médio, graduação e pós-graduação) que abordaram as demandas pedagógicas educacionais de crianças com Dificuldade de Aprendizagem, e obtivemos as seguintes respostas:

“Vários cursos oferecidos pela escola”; “Sim, na graduação e na pós, são disciplinas que oferecem suporte para seu trabalho de dia-a-dia”; “Sim, na minha graduação nos preparamos para que possamos lidar com essa

realidade”; “Sim, psicologia, no Ensino Médio, na graduação e em cursos de capacitação”.

Uma das professoras não respondeu. Observamos que as professoras entrevistadas, em sua maioria, afirmam possuir conhecimentos sobre as DA de seus estudantes, o que consideramos um cenário potencialmente muito promissor para a escola.

Na pergunta seguinte inquirimos as professoras o que elas conhecem/sabem sobre as Dificuldades de Aprendizagem (DA). Apenas uma professora não respondeu e as demais deram as seguintes respostas:

“São crianças que possuem algum tipo de distúrbio e não conseguem assimilar os conteúdos propostos”; “São crianças que apresentam algum distúrbio no qual interfere no seu aprendizado”; “Muitas vezes estão relacionados com problemas emocionais e comportamentais da criança. E em algumas ocasiões relacionados com a família”; “Crianças com problemas na fala, problemas auditivo, problema da coordenação motora e caráter afetivo”.

Como podemos observar, em geral as respostas só consideram as causas endógenas aos próprios estudantes, ou seja, as dificuldades de aprendizagem estariam atreladas unicamente aos distúrbios orgânicos e apareceriam como consequência destes.

Nesse sentido, as DA que possuem causas mesológicas, ou seja, não relacionadas aos distúrbios e produzidas no meio onde se inserem tais estudantes são alienadas/negadas. Isso revela a compreensão que se tem sobre tais dificuldades é parcial, e que ao ignorar que as causas das DA podem estar no processo de ensino, por exemplo, nas estratégias metodológicas utilizadas pelos professores, se responsabilizam os estudantes por não aprender, excluindo o professor de qualquer responsabilidade pela aprendizagem dos mesmos.

Esta constatação é reveladora sobre a formação destes professores, que possuem um olhar tipificado sobre o assunto, e que declinam numa concepção “patologizante” das DA. Isto significa que se o estudante não aprende é porque o problema é dele, isto é, está impedido por algum motivo biológico/orgânico de aprender!

Com as respostas obtidas observamos que as professoras chegam bem perto das definições da maioria dos autores da área. Vemos que as professoras possuem uma idéia parcial do que são as DA, e suas respostas não estão longe da definição da *National Joint Committee of Learning Disabilities* - NJCLD (1988) citada por Fonseca (1995). Essa definição, assim como o próprio autor afirma, é presentemente a que reúne internacionalmente maior consenso.

Tomando como base o pensamento de Fonseca (1995, p.72), citado anteriormente, e comparando com as respostas das professoras, observamos que elas possuem um conceito de DA que está associado apenas a fatores internos/endógenos não levando em consideração os fatores externos/ ambientais e o processo de ensino-aprendizagem.

Relacionando estas respostas com outras, suscitamos os seguintes questionamentos: considerando que afirmam que estudaram em suas formações, tanto inicial quanto continuada, o assunto e que a escola oferece cursos sobre a temática, por que as suas respostas foram tão limitadas e se associaram apenas a um dos fatores das DA? Será que a problemática das Dificuldades Aprendizagem (DA) foi abordada com essas professoras de forma singular ou a compreensão que tiveram é que foi parcial?

Cabe destacar que as DA frequentemente são relacionadas como sinônimos de distúrbios, como foi alertado por Carvalho (2003), e muitos autores tratam a temática de forma semelhante.

A questão seguinte objetivava reconhecer se as professoras se sentiam preparadas para atuar com estudantes com DA, e as respostas foram as seguintes:

“Não, eu acho que deveríamos ter cursos para especializar os professores”;
“Teoricamente sim, mas a preparação só vem na prática”; “Sim. Tento fazê-lo sentir-se feliz, para sua motivação”; “Não, pois deveríamos ter cursos para nos preparar para que possamos trabalhar”; “A preparação vem através dos estudos e pesquisas que fazemos sobre o assunto. Se não buscarmos nos preparar através de leitura, nunca estaremos preparados”.

Neste cenário os professores ficaram divididos. Observamos nessas respostas que há contradições, pois algumas afirmaram que já realizaram cursos sobre o assunto, que o tema foi abordado em sua formação e a instituição onde atuam oferece cursos sobre a temática. Mas, com tantos esforços porque não se sentem preparados? Será que os professores realmente sabem o que são as Dificuldades de Aprendizagem (DA)? Será que acham que atuar com estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA) é o mesmo que atuar com estudantes com deficiências? Ou seja, a formação destes professores, tanto inicial como continuada, vem constituindo as bases teórico-metodológicas basais/primárias para que se sintam capazes de enfrentar os desafios de sua prática?

Ainda considerando essas respostas, ressaltamos o pensamento de Carvalho (2003) quando a autora afirma que os professores nada ou quase nada podem fazer para superar as Dificuldades de Aprendizagem (DA) dos seus estudantes, pois não se sentem preparados para estar com esses estudantes. Mas de acordo com as respostas anteriores, estas professoras afirmaram que vivenciaram em sua formação uma aproximação teórica com a temática, e mesmo assim ainda não se sentem confiantes para enfrentar esse “impasse”. O que falta para elas se sintam seguras para estar com esses estudantes e auxiliá-los nas suas dificuldades? Ou seja, a formação oferecida não vem oportunizando aos professores a reflexão crítica sobre a sua própria formação, pautando-se, sobretudo, numa concepção de educação para a reprodução de modelos/conteúdos, que não dão conta das diversas realidades e da dinâmica do ser e fazer a escola.

Continuando a análise das respostas, observamos que uma das entrevistadas relaciona o estar preparado para o enfrentamento do desafio ao aspecto sentimental do estudante: “*Sim. Tento fazê-lo sentir-se feliz, para sua motivação*”. Nesta premissa, podemos problematizar: basta

fazer o estudante ficar “feliz” para que as suas dificuldades sejam solucionadas? Apenas a motivação, que o estar “feliz” pode ser compreendido, oportuniza ao estudante a superação da sua DA?

Ao serem perguntadas sobre o que fazem para se atualizarem sobre o assunto, as entrevistadas responderam:

“Leio livros que abordam o problema”; “Leituras relacionadas ao tema, assim como experiências de outros profissionais que já tenha dado certo (troca de experiências)”; “Eu procuro atualizar-me lendo revistas nova escola e também assisto alguns programas na TVE e faço alguns cursos oferecidos, pela Prefeitura Municipal de Itaguaí”; “Procuo me manter sempre lendo sobre o assunto e buscar soluções”; “Faço leituras relacionadas ao assunto e procuro levá-las para a prática”.

Observamos com base nas respostas que as professoras não se acomodam com o que aprenderam na sua formação inicial e nos cursos que lhe são oferecidos. Procuram sempre estar atualizadas, utilizando-se de leituras e outros veículos midiáticos.

Esta pode ser uma importante estratégia para a constituição da autonomia dos saberes e fazeres destas professoras, que embora hoje se sintam “despreparadas” para o enfrentamento de educar seus estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA), pela reflexão crítica poderão resistir ao desconhecimento e enfrentar emancipadamente a reprodução de modelos que as aprisionam.

Na questão seguinte visava saber quais os recursos didático-pedagógico elas utilizavam para contemplar as diversidades dos seus estudantes, obtivemos as seguintes respostas:

“Jogos, músicas, vídeos, brincadeiras, etc.”, “Recursos visuais, atividades orais como debates, atividades em grupo e contação de histórias”; “Eu confecciono jogos recreativos, para facilitar a aprendizagem e assimilação dos conteúdos”; “Músicas, jogos, brincadeiras, etc.”; “Para o 1º ano, costumo utilizar vídeos, histórias, dramatização de histórias, passeio pela área escolar, tudo para enriquecer e dinamizar as aulas”.

As professoras afirmam utilizar diversas estratégias para as suas aulas contemplarem a diversidade dos seus estudantes, não se restringido as aulas expositivas, mas utilizando outros recursos. Quando não possuem os recursos necessários, afirmam que os confeccionam, não ignorando as diferenças nos ritmos de aprendizagem e que apropriação do conhecimento pelos seus estudantes ocorre de forma diferenciada.

Fonseca (1995, p.79) ao abordar o enfrentamento dos desafios das DA, afirma sobre esta questão que “A produção de materiais didáticos de ensino e de aprendizagem, supostamente benéficos para as crianças e jovens como DA, deve ser testadas e aperfeiçoadas”. Ou seja, os professores ao perceberem as Dificuldades de Aprendizagem de seus estudantes precisam desenvolver formas diferenciadas de ensiná-los, considerando as possibilidades existentes identificadas. Outra forma de enriquecimento da prática pedagógica é a troca de experiências com outros professores, como foi dito anteriormente por uma das professoras, que poderá apontar alguns encaminhamentos possíveis.

As duas últimas questões investigaram a relação das entrevistadas com a instituição, CAIC Paulo Dacorso Filho, no sentido de entendermos quais medidas pedagógicas e educacionais a escola estabelece para apoiar seus professores no enfrentamento dos desafios do trabalho escolar com estudantes com DA.

A primeira questão investigou se existe apoio por parte da equipe pedagógica da escola aos professores para atuarem com estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA) e, se existisse, que tipo de apoio era oferecido. As respostas das professoras foram as seguintes:

“Sim reforço, jogos e várias outras sugestões”; “A escola procura disponibilizar uma diversidade de opções para serem utilizadas com essas crianças, diversos recursos”; “Sim: reforço, sugestões com atividades para superarmos as dificuldades”; “Sim. Elas retiram a leitura dos alunos, oferecem revistas com dicas maravilhosas para utilizar em sala de aula”; “Sim, tudo que está ao alcance, que seja para o crescimento do aluno, a escola ajuda e apóia”.

Vemos que a instituição oferece uma gama de recursos didáticos, sugere leituras, além de promoverem palestras como havia sido mencionado, o que cria um cenário de possibilidades para estes professores. Contudo, uma pergunta permanece latente: por que estas professoras com todo o apoio não se sentem preparadas para atuar com os estudantes com DA? Isto reafirma nossa hipótese que não basta dispor de recursos, modelos quais forem, se os professores não possuem os conhecimentos básicos para a utilização/operacionalização destes. Isso só será possível com uma formação que dê condições para a consecução de uma prática docente autônoma, que não prescinde do uso de técnicas, mas que não se reduz a elas.

Na segunda questão desejávamos saber qual a percepção sobre a escola em relação ao atendimento dos estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA) e se existia acessibilidade curricular, didático-pedagógico, entre outras. As professoras responderam:

“Sim. Eu acho que minha instituição está preparada na medida do possível para estes casos”; “A escola procura disponibilizar uma diversidade de opções para serem utilizadas com essas crianças, como recursos”; “Sim. Os alunos recebem reforço escola, aulas de informática, aula de vídeo e acesso a

biblioteca”; “Sim. Existe uma equipe na orientação pedagógica na qual nos ajuda com apoio para que possamos trabalhar com essa dificuldade”; “Muito boa. Os alunos são assistidos quase que individualmente, por professores, estagiários e especialistas no assunto”.

A instituição, segundo os professores, tem recursos materiais e humanos para apoiar os estudantes com Dificuldades de Aprendizagem (DA), possuindo uma equipe pedagógica que oferece suporte aos professores e estudantes, além de contar com o apoio de especialistas no assunto, que provavelmente são professores da UFRRJ.

A questão não se encerra aqui, outras problematizações emergem: Como são identificados estes estudantes com DA? O apoio pressupõe a identificação. Nenhuma das professoras em suas falas se referiu a este aspecto. Nossa experiência revelou que existem estudantes com DA que não recebem nenhum tipo de apoio, embora as professoras tenham dito que estes existem. Por que a professora cuja sala de aula estagiamos invisibilizou alguns estudantes objetivamente identificáveis com DA?

Enfim, neste cenário de contradições e possibilidades verificamos que até mesmo o CAIC Paulo Dacorso Filho, uma escola privilegiada pela aproximação com uma Universidade pública, referência na área de educação em nosso país, não está imune as dicotomias: Formação para a reprodução ou emancipação? Técnica/tecnologia é extensão dos braços humanos ou sua substituição? Educação para práxis ou por modelos?

CONCLUSÕES

Desafios e perspectivas para a educação inclusiva.

A prática pedagógica que tenha a diversidade humana como centralidade de sua reflexão ainda é insipiente na escola contemporânea. A formação dos professores não vem oportunizando o desenvolvimento dos saberes e fazeres pedagógicos e educacionais considerando as diferenças humanas. Ainda persiste a concepção de escola homogênea, por conseguinte, a alienação das diferentes demandas de aprendizagem dos estudantes.

Atuar na/com a diversidade dos estudantes requer conhecimento, cuja apropriação não está restrita a formação inicial, pois esta não se esgota em si mesma, mas precisa conferir aos professores além de consolidada apropriação teórico-metodológica, autonomia para o enfrentamento dos desafios postos à sua prática. Cabe ao professor buscar novos conhecimentos para o enfrentamento das situações que o cotidiano escolar lhe reserva.

Vários são os agravantes para ensinar os estudantes que apresentam Dificuldades de Aprendizagem (DA). Nossas experiências revelaram que são muitas as produções acadêmicas que se voltam para os desafios da prática escolar com os estudantes com deficiências, superdotação/altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, mas há um escasseamento sobre estes mesmos desafios no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes que possuem Dificuldades de Aprendizagem (DA).

Esse estudo mostrou que há dissonância sobre o assunto entre os autores que estudam a temática. O termo é utilizado como sinônimo de distúrbios ou de problemas de aprendizagem. A contradição identificada na literatura acaba por dificultar o entendimento da questão pelos professores, obstando ainda mais o atendimento das necessidades de aprendizagem destes estudantes.

Os estudantes com Dificuldade de Aprendizagem (DA) quando identificados precisam de acompanhamento pedagógico. Esses estudantes não devem ser abandonados com as suas dificuldades, com a crença vã que elas serão solucionadas sozinhas e com o tempo, o que é muito comum na escola quando um estudante não aprende. Algumas problematizações emergem: Por que o estudante não aprende? Quais são as possíveis causas? Estas se localizam no estudante ou no próprio processo de ensino? As dificuldades são de aprendizagem ou de ensinagem?

Pensamos e defendemos a necessidade de se criar Políticas Públicas voltadas para o atendimento desses estudantes, para que não sejam negligenciados em sala de aula e que suas dificuldades não sejam ignoradas.

O *locus* da pesquisa foi o Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Paulo Dacorso Filho (CAIC). Nosso estudo revelou que os professores participantes desta investigação afirmam possuir conhecimentos sobre o assunto, que foram aprendidos tanto na formação inicial quanto na formação continuada. Porém, algumas professoras entrevistadas responderam que não se sentem preparadas para atuar com esses estudantes. Cabe a problematização: Por que não se sentem preparadas? Quais as causas deste temor? Estariam no desafio do atendimento das necessidades dos estudantes ou na insipiência da formação?

As professoras entrevistadas afirmaram que se atualizam de diferentes formas sobre a temática, procurando desenvolver diferentes estratégias para facilitar a aquisição dos conteúdos próprios de cada série pelos estudantes.

A pesquisa revelou que a instituição auxilia seus professores em relação aos estudantes que apresentam Dificuldade de Aprendizagem (DA). Não devemos esquecer que a *locus* foi uma escola que possui estreita relação com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, recebendo todo o apoio por parte da instituição. Podemos dizer que é uma escola que se diferencia das demais. Será que as demais instituições auxiliam os seus professores da mesma forma que a instituição pesquisada?

Neste estudo é importante ressaltar que esses professores, mesmo possuindo todo o aparato acadêmico e institucional necessário, alguns não se sentem preparados para atuar com estudantes com algum tipo de limitação cognitiva. Perguntamos: O que falta para esses professores se sentirem preparados para atuar com esses estudantes, uma vez que vários responderam que ouviram ou estudaram a temática e a instituição os auxiliam com esses estudantes? Será que realmente sabem o que são as Dificuldades de Aprendizagem (DA)? Se o CAIC que é uma instituição que oferece todo um suporte para esses professores, esses por sua vez não se sentem seguros em atuar com esses estudantes, como se sentem os professores de outras instituições, onde muitas vezes faltam materiais básicos para trabalhar, em relação a esses estudantes?

As Dificuldades de Aprendizagem (DA) são silenciosas e difíceis de serem identificadas, pois suas características podem ser confundidas. Estão associadas tanto a fatores exógenos (o meio em que o(s) estudantes(s) se encontra(m), fatores extrínsecos aos sujeitos) e a fatores endógenos (como consequência de fatores biológicos, ou seja, causas intrínsecas aos sujeitos, decorrem em dificuldades no processo de aprendizagem).

Com esse estudo se pode perceber que há muito a ser feito para que as Dificuldades de Aprendizagem (DA) tenham a devida atenção pelos profissionais da educação, sejam eles professores, coordenadores, supervisores, orientadores, gestores, entre outros.

A escola, a sala de aula são espaços plurais, com estudantes com diferentes ritmos de aprendizagem. Nessa perspectiva, as diferenças humanas precisam ter centralidade na ação pedagógica, rompendo com a instituição de modelos e mecanismos de homogeneização. O professor precisa ser apoiado no processo de desenvolvimento da autonomia de sua prática, de forma que desenvolva os saberes e fazeres necessários para o enfrentamento dos desafios da educação na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º. 9.394, 1996.*

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

GÁRCIA SÁNCHEZ, Jesús-Nicasio. **Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

FONSECA, Vítor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2ª edição rev. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JOSÉ, Elizabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa (org). **Problema de Aprendizagem**. 12ª edição. São Paulo: Ática, 2008.



VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 2101-2117

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.